



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta n.º 02**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em

21 de Abril de 2012



Assembleia Municipal

## ACTA N.º2

-----Ao vigésimo primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e doze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor José Eugénio Dias Ferreira secretariado pelos Senhores Deputados Luís Filipe Soares Quaresma e João António Alvoeiro Duarte na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente. -----

----- Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: -----

### **SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS**

----- Luis Filipe Soares Quaresma, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, Rui Martins Portugal, Érica Geraldês Castanheira e Mário Cardoso Simões do Vale. -----

### **SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO**

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, António Quaresma Pereira tesoureiro da Junta de Freguesia de Cepos, em substituição de Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria Odete Correia secretária da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, em substituição de Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e António Tavares secretário da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva, em substituição de Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----



Assembleia Municipal

-----O **2º Secretário** deu conhecimento das justificações de falta dos Senhores Deputados Mário Pereira Gonçalves, Maria José das Neves Fernandes Silva, Maria Armanda Miranda, Manuel Augusto Simões Rodrigues, António Jorge Martins Barata e dos Senhores Presidentes de Junta, Etelvina Nunes dos Santos que se fez substituir pelo Tesoureiro António Quaresma Pereira, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes fazendo-se substituir pela Secretária Maria Odete Correia e Cidalina Lourenço Antunes que se fez substituir pelo Secretário António Tavares, fazendo estas, parte integrante desta ata.-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor António Moura** que após cumprimentar os presentes referiu que vinha mais uma vez lembrar que tanto da Câmara Municipal de Arganil, como a Junta de Freguesia de Coja, esqueceram Casal Mourão, porque tendo havido benefícios em muitas partes do concelho, Casal Mourão continua sem uma estrada em condições para a Esculca. Disse também que quando foi alcatroada a primeira parte da estrada, deu autorização para arrancarem duas oliveiras para a valeta ficar mais larga, mas a valeta foi tapada. Quando chovia encaminhava a água para fora da estrada mas havia sempre alguém que voltava a colocá-la novamente para a estrada, que segundo o Senhor se encontra numa miséria e que se continuar a chover a estrada ficará cortada. Referiu por fim que em 2001 foi pedido o alcatroamento da mesma, onze anos depois continua tudo igual, salientou que lhe disseram que há um projeto mas que não acredita nisso, porque se houvesse já o alcatroamento da estrada estava feito, solicitou por fim que lhe mostrassem o projeto. -----

-----De seguida foi dada a palavra à **Senhora Fernanda Caetano Rodrigues** que depois de cumprimentar os presentes informou do que se estava a passar relativamente ao trânsito junto à escola primária de Arganil desde que foi colocado o sentido proibido na entrada pelo Restaurante "Manjar". Todos os dias quando vai para casa depara-se com o ter que estar parada cerca de meia hora, no trânsito, para poder ir para casa, até já teve de chamar a GNR que ao chegarem ao local referiram que não poderiam fazer nada e que tentasse falar com a direção da escola, pelo que soube alguns pais já falaram com a direção da escola e esta nada fez. No seu entender não consegue entender a razão pela qual foi mudado o sentido naquela via, porque se era para as crianças não passarem para a estrada, elas passam na mesma, e o problema poderia ficar resolvido se colocassem duas auxiliares aquando da chegada e saída dos alunos para os poderem encaminhar. Referiu também que já tinha falado com o Senhor Presidente sobre esse assunto, sendo que está um sinal de proibido parar e os condutores não o respeitam e quando chamou as autoridades questionou o porquê de não serem multados. Por fim solicitou que a situação fosse resolvida o mais breve possível pois não se consegue passar e no seu entender não é justo o que está a acontecer. -----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** que após cumprimentar os presentes começou por responder às questões suscitadas pelo público, nomeadamente pelo Senhor António Moura, referindo que já não era a primeira vez que estava na Assembleia Municipal com um conjunto de reclamações relativamente ao local onde vive, Casal Mourão, sendo que algumas delas já tinham sido resolvidas, nomeadamente a questão da iluminação. Sobre a questão da estrada, voltou a frisar que há mesmo projeto, aliás a beneficiação do caminho agrícola entre o Casal Mourão e a estrada da Esculca foi alvo de uma candidatura ao programa dos caminhos rurais, candidatura que mereceu um parecer favorável mas sem dotação financeira, tendo esta estrada 640 metro lineares, o valor, a preços de 2010, seria de 33.018,11€ acrescido de IVA, a referida estrada não tem habitações na parte em que está em terra, estando pavimentada até à casa do Sr. António Moura, salientou que tem conhecimento do problema de escoamento de águas que tem de ser resolvido, que já foram ao local e que está a fazer de tudo para o resolver, quanto ao alcatroamento informou que enquanto houver no concelho habitações que não estão servidas por pavimento asfaltado, naturalmente que sem participação comunitária, a Câmara não pode assumir uma despesa destas.-----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Fernanda Caetano Rodrigues, referiu que já tinha falado com a Senhora sobre o assunto, e que a decisão de alterar o trânsito foi suportada num parecer técnico e tinha uma preocupação fundamental que eram, os autocarros da TRANSDEV encostarem a saída do autocarro ao passeio para que as crianças não tivessem de atravessar a estrada, mas que quanto sabia a TRANSDEV não tem feito sempre isso, e que iria chamar a atenção para esse facto, porque o objectivo da mudança do trânsito foi esse, as crianças saírem diretamente para o passeio. Em segundo lugar também, informou que tinham decidido proibir o estacionamento em frente à escola, mas foi sugerido pelo agrupamento que isso só faria sentido na altura da entrada e da saída de alunos da escola, para responder a esse pedido foi colocado trânsito proibido só nessas alturas e portanto se há carros estacionados no momento da entrada e no momento da saída, esses carros estão em completa transgressão e a GNR deverá cumprir o seu papel. Referiu por fim que há um regulamento, o ordenamento do trânsito foi aprovado em reunião de Câmara e as autoridades só não atuam se não quiserem, de qualquer maneira, na sequência da intervenção da Senhora, irá fazer imediatamente uma reunião com a TRANSDEV, com a Escola e com a GNR no sentido de resolver a situação. -----

-----Foi novamente dada a palavra ao **Senhor António Moura** pedindo que o Senhor Presidente lhe explicasse porque é que teve vinte e dois anos à espera da luz tendo sido o único dinheiro investido em Casal Mourão, o alcatroamento da estrada já foi pedido há onze anos e daqui a dez ou quinze anos ainda não estará concluído. -----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra a **Senhora Fernanda Caetano Rodrigues** dizendo que a reunião de que o Senhor Presidente falou não vai dar em nada, porque o autocarro é para sair às 17:30 horas e às 17:10 horas já está a ocupar a via.-----

## PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### **1- Leitura do expediente.** -----

-----Teve a palavra o **1º Secretário** que informando que não havia grande notícia a dar com exceção do Relatório de Atividades da CPCJ de Arganil relativo ao ano 2011, que é um documento extenso e que não permitirá a leitura, era para dar conhecimento que ele existe e que foi também dado a conhecer à Mesa, uma outra curiosidade foi também o conhecimento que foi dado ao Senhor Presidente da Assembleia de um abaixo-assinado da população da Sobreira, na parte que não faz parte do concelho de Arganil e que manifestam a vontade, de uma futura reorganização administrativa, fazer parte da freguesia de São Martinho da Cortiça e por esse motivo também ao concelho de Arganil, um abaixo-assinado com bastante assinaturas, referindo que não sabia quantos residentes existiriam naquele local, mas são duas folhas A4, portanto penso que manifestará um grande consenso da população daquela zona do concelho de Penacova. -----

### **2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº1 realizada no dia 25 de Fevereiro de 2012.-**

-----A acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria, com uma abstenção. -----

### **-----3 - Assuntos de Interesse para o Município.**-----

----- Usou da palavra a **Senhora Deputada Isabel Carvalho** que após cumprimentar os presentes começou por realçar a vertente cultural do concelho de Arganil, numa época cinzenta em que dominam as dificuldades, as reduções financeiras, os cortes, as perspectivas de encerramento de empresas e serviços, é importante dar ênfase a acontecimentos positivos, é uma ajuda para se acreditar e ter esperança no futuro, referindo-se em primeiro lugar à comunicação escrita em Arganil, a Comarca de Arganil e o Jornal de Arganil que servem não só o concelho mas também os concelhos vizinhos da Beira Serra, constituindo marcos históricos da informação escrita regional e que atualmente vivem uma fase de revitalização. Continuou dizendo que, a Comarca de Arganil, no passado dia 29 de março, viu concretizado o projeto que permite perpetuar um longo caminho percorrido na primeira fase da sua existência desde 1901 até 2009, o projeto a Comarca de Arganil



Assembleia Municipal

Digital, iniciativa louvável da Câmara Municipal de Arganil é o resultado prático do aproveitamento das novas tecnologias ao serviço da cultura e da humanidade, além de preservar o património constituído por todos os números editados, permite a divulgação fácil de todo o seu historial e a consulta rápida dos mais variados temas e da própria evolução da vida e dos hábitos da região que abrange, é mais um veículo de divulgação e de promoção de Arganil e da Região pelo Mundo. O regresso do Jornal de Arganil que ocorreu durante o corrente mês de abril é mais um acontecimento importante, é quase como um regresso de um amigo que semanalmente nos visita e nos traz notícias das pessoas e dos locais que amamos e que nos interessam, constitui um elo de ligação às raízes que se tinha quebrado mas que foi reparado e de certeza vai manter-se forte e resistente, parabéns e sorte a quem reanimou este importante meio de informação, que a Comarca de Arganil e o Jornal de Arganil continuem vivos e ativos, levando ao mundo as notícias locais e trazendo do mundo as notícias longínquas, muito obrigada a estes dois órgãos de comunicação. -----

-----Ainda dentro do âmbito cultural, realçou também as iniciativas do foro cultural que têm sido empreendidas, nomeadamente as sessões realizadas sobre a vida e a história do concelho de Arganil e também, os concertos que têm tido lugar na capela de S. Pedro, apesar de não poder ter estado presente em nenhum deles, são iniciativas importantes que além de mostrarem aquilo que de bom se faz a nível cultural, são também um meio de dar vida à capela de Arganil, um monumento histórico muito importante. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Paulo Soares** que após cumprimentar os presentes disse que apesar de já ter sido referido, pela bancada do PS, gostaria de mostrar a sua satisfação e felicitar o Município pelo projeto "A Comarca de Arganil Digital", um projeto inovador de digitalização de todas as edições, é uma ferramenta informática que permite uma consulta e uma pesquisa de A Comarca de Arganil desde o seu primeiro exemplar até à data em que a sua publicação foi suspensa, ficando assim o jornal mais perto de todos, e sendo um acréscimo para a cultura e para a sociedade arganilense, assim como para toda a Região da Beira Serra, permitindo preservar a memória e os factos relevantes de diferentes gerações, permitindo que essa memória circule universalmente. Salientou também o destaque que foi dado pelo Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, no jornal das 20 horas da TVI, nas suas análises semanais, onde focou esta obra que é a Comarca de Arganil Digital. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** cumprimentando os presentes e referindo que em nome da Bancada do Partido Socialista e na sequência da visita que o Senhor Presidente da Câmara proporcionou às obras da Cerâmica Arganilense, na sequência da última reunião de Assembleia Municipal, aproveitava para agradecer e trazer de novo esse assunto à Assembleia Municipal. No momento em que as obras entram na sua fase final, é importante olhar para o futuro e



Assembleia Municipal

o futuro é saber de que forma estão asseguradas a viabilidade e a sustentabilidade deste importantíssimo investimento público de cerca de 6.000.000,00€, por isso, e para além da confirmação da data de abertura, gostariam de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se os custos de manutenção do empreendimento estão quantificados, se o movimento previsível das piscinas e a forma de pagamento da sua utilização estão determinados, que número de eventos a realizar no auditório e na área multiusos será necessário para garantir o equilíbrio na exploração do empreendimento, quantos trabalhadores serão necessários ao funcionamento deste equipamento, vai a Câmara recorrer a funcionários da autarquia, eventualmente está prevista a concessão da exploração da totalidade ou de parte do empreendimento, tem sido feita a divulgação do empreendimento? Continuou para dizer que no momento próprio a Bancada do PS e o Vereador Miguel Ventura manifestaram as discordâncias apenas e só quanto ao programa funcional da requalificação da Cerâmica Arganilense, por isso terem feito algumas sugestões relativamente à área comercial que lhes parecia excessiva e que poderia ser uma ameaça ao pequeno comércio local, podendo agora dizer que teve um bom acolhimento por parte do Executivo que eliminou do projeto, as pequenas lojas. Referiu que reafirmavam a legitimidade do Município em avançar com este empreendimento, mas num tempo em que todos os investimentos públicos são inabalavelmente escrutinados e este é talvez o maior investimento público das últimas décadas no concelho e por isso não poderão deixar de trazer à Assembleia as questões colocadas anteriormente e que refletem as redobradas preocupações que numa época de crise económica financeira devem estar sempre presentes na ação de qualquer órgão decisor político.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Amândio Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares** que após cumprimentar os presentes referiu que gostaria de ver resolvida a questão dos esgotos de Pomares até porque as Águas do Mondego nunca mais avançam com a construção da ETAR. Informou que neste momento existe apenas uma fossa em funcionamento e que a situação tende a agravar-se já que se ligou a fábrica de confeções que fazem descargas constantes fazendo com que a fossa esteja sempre cheia, o que faz com que esteja a descarregar para a Ribeira e daí para o Rio Alva. Há ainda um outro problema que tem a ver com o Bairro da Portelinha, que há dois anos foi feito o saneamento, tem as tubagens metidas mas não tem onde ligar, porque para a fossa existente não suporta e não dá cota, seria para ligar à ETAR, não havendo ETAR no seu entender só existe uma solução que é fazer uma fossa para o Bairro da Portelinha, existe um terreno a custo zero. Por isso solicitava ao Senhor Presidente da Câmara que tomasse as providências que achasse por bem para se resolver o problema que se arrasta há já demasiado tempo.-----



Assembleia Municipal

-----Interveio o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** que depois de cumprimentar todos os presentes referiu que há uns anos atrás, quando se começou a falar em eólicas, havia um Deputado na Assembleia que era o Engenheiro Eduardo Oliveira, da Benfeita que trazia sempre à baila a questão das eólicas, da negociação das eólicas e do resultado que elas podiam dar para o concelho, chegou a uma certa altura que se tornou repetitivo e já quase ninguém o podia ouvir, no entanto se o tivessem ouvido talvez as eólicas tivessem dado bastante mais rendimento para o concelho. Referiu que ele também já se estava a tornar repetitivo mas que não poderia deixar de falar sobre a situação económica de Coja, porque neste momento, Coja, tem cento e poucos desempregados e por isso, no seu entender, requer um tratamento especial, sobretudo para a obtenção de emprego, terá de se apostar no turismo para chamar gente para Coja. Por fim apelou ao Executivo para ter isso em atenção, para evitar que possam haver problemas sociais mais graves e a parte comercial acabe por definhar e criar situações complicadas. -----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** que após cumprimentar os presentes e referindo-se à revisão administrativa com o objetivo de informar a Assembleia sobre o que está em causa no limite do concelho, na freguesia de São Martinho da Cortiça, será um assunto que com certeza virá à Assembleia oportunamente. Disse que o que está em causa são a divisão de quatro aldeias entre Arganil e Penacova, onde São Martinho da Cortiça faz fronteira com a freguesia de Paradela da Cortiça, por exemplo, no caso da Sobreira, cem por cento da população manifestou o interesse em passar a pertencer ao concelho de Arganil e freguesia de São Martinho da Cortiça, o mesmo com a população do Cavaleiro, faltando ainda consultar a população da Cortiça, mas que por sondagens já feitas, mantêm o mesmo sentido, isto por uma questão geográfica, por uma questão cultural e porque todos os serviços que as pessoas necessitam de utilizar, utilizam-nos já no concelho de Arganil e na freguesia de São Martinho da Cortiça, e por isso no seu entendimento será um processo relativamente fácil tendo em conta a vontade das populações. -----

-----Falou também sobre as IPSS's do concelho de Arganil, e sendo um dirigente de uma IPSS sentia uma enorme dificuldade em conseguir ter meios para apoiar as necessidades mais emergentes em algumas pessoas e famílias que vão passando por dificuldades muito grandes, nesse sentido sugeria que a Câmara Municipal, à semelhança do que faz com as associações musicais, culturais, desportivas e recreativas, que passasse a atribuir uma ajuda financeira às IPSS's do concelho porque são elas a ponte entre a Câmara Municipal de Arganil, onde ainda existe algum recurso financeiro para ajudar as famílias e a própria população, as IPSS's são profundas conhecedoras dos problemas locais e é com as



Assembleia Municipal

IPSS's que as pessoas vão ter e que de uma forma desinibida colocam os seus problemas, por essa razão deixava a sugestão.-----

-----Por último solicitou à Câmara Municipal que na Zona Industrial de Vale do Fojo, tendo em conta que existe uma empresa interessada em se instalar no local, que analise a possibilidade de subdividir um lote que se encontra disponível, que é muito grande e por essa razão difícil de ocupar, dividi-lo em dois irá possibilitar a colocação de duas empresas, sendo que uma delas já está à espera dessa possibilidade.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado José da Conceição Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão** que depois de cumprimentar os presentes manifestou a sua preocupação relativamente à Televisão Digital Terrestre, pois o Piódão encontrasse numa zona de sombra já que se situa num vale e não é fácil chegar a imagem, esta situação já aconteceu à algumas décadas atrás quando apareceu a televisão no Piódão, na altura a Junta de Freguesia fez um grande esforço, ajudou a custear as despesas de implementação de um retransmissor na Serra do Açor, para que as aldeias tivessem acesso a isso, isso foi feito e neste momento estava tudo bem, mas com esta alteração o Piódão voltou a ter essas dificuldades. Referiu também que a menos de uma semana para o final da televisão analógica está muito preocupado pois ao longo dos meses tem-se falado que se deveria resolver a situação nessas aldeias, houve reuniões da Câmara Municipal em Lisboa, no Fundão, em vários lados, até porque o Piódão é uma aldeia histórica, foi uma aldeia que foi objeto de candidaturas e de projetos ao longo destas décadas, investiram-se vários milhares euros na recuperação da aldeia e o que acontece neste momento é que se as pessoas quiserem ver televisão terão de pegar numa parabólica e coloca-la em cima do telhado, pelo que o Senhor Presidente da Câmara lhe disse, a Portugal Telecom disse que se quiserem recuperar o equipamento terão de colocar um retransmissor ou colocar um equipamento que custaria uns largos milhares de euros e a manutenção seria demasiado cara, a Câmara Municipal não tem condições para assegurar isso, a Junta de Freguesia se calhar também não terá condições, o Piódão é um património que foi classificado pelo Estado Português e seria caricato ter-se feito um investimento para recuperar a imagem do Piódão e agora não haver solução para o problema, sendo que se a situação não se resolver as populações de Malhada Chã, Fórnea e Tojo, Chãs D'Égua, Fóz D'Égua ficarão sem televisão. No entanto referiu também que não estranha a falta de sensibilidade da Portugal Telecom porque já há vários anos para cá têm uma estrutura criada no subterrâneo das ruas do Piódão que nunca souberam aproveitar e retirar o emaranhado de fios por cima daqueles telhados e daquelas ruas.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara** respondendo às questões suscitadas, começou por agradecer as palavras da Senhora Deputada Isabel Carvalho e também do Senhor



Assembleia Municipal

Deputado Paulo Soares sobre a Digitalização da Comarca de Arganil, de facto é um projeto inovador e pioneiro em Portugal que permite termos, não só digitalizado todas as edições da Comarca de Arganil, desde 1901 até 2009, altura da sua suspensão, como permite fazer uma pesquisa avançada por palavra, por edição, por período temporal, permitindo ter um instrumento mais fácil para melhor compreender aquilo que é a história do concelho de Arganil e da Beira Serra durante o Século XX e no dealbar do Século XXI, disse também que já se está a trabalhar num projeto similar relativamente ao Jornal de Arganil e assim o concelho ficará com as suas publicações escritas completamente digitalizadas, quer seja a Comarca de Arganil, quer também o Jornal de Arganil, dando um contributo importante para compreender melhor a história de Arganil, agradeceu também as palavras que teve relativas aos Encontros de História, uma iniciativa que pretende aprofundar ainda mais aquilo que é a história do nosso concelho, aquilo que são as vertentes de natureza patrimonial que importa refletir sobre elas, e também os concertos na Capela de São Pedro, alguns sobre a organização da Câmara, outros sobre outras organizações, nomeadamente um último, sobre a organização da Junta de Freguesia e da Santa Casa da Misericórdia, de facto é um espaço excelente para desenvolver atividades de natureza cultural, chamando assim também a atenção para a importância de algumas das intervenções que devem ser feitas na Capela de São Pedro para melhor poder receber o público nos espetáculos culturais e os turistas noutras alturas do ano. -----

-----Sobre a intervenção do Senhor Deputado João Pedro Pimentel disse que se congratulava por constatar, mais uma vez, a evolução do PS relativamente ao projeto da Cerâmica, uma vez que o Partido Socialista sempre foi contra este projeto, o seu desenvolvimento e a sua execução, aliás facto que é reiterado pelos constantes votos relativamente aos autos de medição nas reuniões de Câmara, contra esses autos de medição, e portanto era com muito agrado que via o facto do Partido Socialista ter mudado de posição porque significa que compreenderam a verdadeira dimensão do investimento que se está a fazer, a importância estratégica que ela tem para Arganil e para toda a Região da Beira Serra. Sobre a questão dos custos, disse que vale a pena fazer um exercício de memória de que o projeto de piscinas municipais que o Partido Socialista tinha em 2005, era cobrir uma piscina já existente em terrenos que não são da Câmara Municipal e portanto aí não existia de facto preocupação com os custos de um eventual arrendamento anual, como era timbre dos acordos que eram feitos pelo anterior Executivo Socialista, nós tivemos outra preocupação, está a fazer-se um investimento das piscinas municipais em terrenos que são do Município, temos um estudo financeiro que podemos disponibilizar e que responde a todas as questões que o Senhor Deputado Municipal João Pedro Pimentel colocou, um estudo financeiro que mostra bem o rigor e a atenção que damos à questão da sustentabilidade futura do investimento que estamos a fazer, acrescentar e sublinhar a



Assembleia Municipal

importância da opção que fizemos para o aquecimento das piscinas ser feito com base em energia limpa, com base em fontes de energia renovável, nomeadamente utilizando os pellets e utilizando os painéis solares que permite uma redução da fatura energética para cerca de um terço de outras faturas energéticas, como sistemas de aquecimento a gás ou até a gasóleo, portanto não queria deixar de dar nota disso, mas teremos todo o gosto em disponibilizar o estudo financeiro que fizemos e que corresponde às questões suscitadas.-----

-----Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pomares dizer que relativamente às Águas do Mondego não consigo perspetivar quando é que as Águas do Mondego pretendem fazer as obras que estão previstas, designadamente a ETAR de Pomares, a ETAR de Vila Cova de Alva, Barril de Alva, o sistema de tratamento de Vinho – Casal de São João e a ETAR de São Martinho da Cortiça e portanto não vou fazer mais previsões sobre quando é que essas obras vão ser realizadas, porque todas as previsões que as Águas do Mondego nos deram foram sempre sucessivamente adiadas, de qualquer maneira o problema que colocou é um problema bem concreto, diz respeito à população da Portelinha. A rede de saneamento está feita pela Câmara Municipal e estamos disponíveis para até essa solução da ETAR estar definida, encontrar uma solução transitória que passará pela construção de uma fossa séptica para servir aquela população, dotando-a assim de um sistema integrado com rede de saneamento e com a fossa séptica, portanto, conta a Junta de Freguesia com a nossa participação no sentido de irmos resolver esse problema.-----

-----Respondendo à questão que colocou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja, uma questão muito pertinente que tem a ver com a situação económica de Coja, que de facto tem assistido nos últimos tempos a um fecho de algumas unidades que eram geradoras de emprego, fecho que resulta da crise em que estamos mergulhados, temos de alguma forma refletido individual e também em conjunto de que o melhor caminho para o futuro passa por um aproveitamento turístico ainda maior do que aquele que são as potencialidades de Coja e também, porque não, de todo o concelho, essa estratégia passa por alguns investimentos públicos, muitos que estamos a fazer, mas também passa por algum investimento privado e é desta concertação, investimento público e o investimento privado, nomeadamente na qualificação do alojamento, na qualificação da restauração e no desenvolvimento de ações de animação, permitindo ligar em termos de locais de interesse não apenas os locais e os sítios marcantes do nosso concelho mas também procurando envolver aquilo que são as dinâmicas locais ao nível da gastronomia, ao nível do artesanato, é por aí que passa de facto criarmos uma rede de uma oferta integrada que permita desenvolver e criar riqueza na nossa região, este é apenas um caminho, naturalmente que existem outras ações que devem ser feitas, muitas dependem da administração central, não tanto da própria Câmara ou da própria Junta de Freguesia ou até dos



Assembleia Municipal

investidores locais, agora, esta questão toca num ponto que é bem mais fundo que é nós verificarmos que de 2001 para 2011 o concelho perdeu 11% da população, situação que é similar com o que acontece em outros concelhos vizinhos e do interior do país e, portanto, é importante que neste momento se faça uma reflexão profunda sobre aquilo que queremos para o país, isto é também uma reflexão que a administração central deve fazer porque se não forem tomadas medidas nos próximos anos de incentivo à fixação das pessoas no interior do país, esta erosão demográfica vai continuar e quando falo em medidas, falo em medidas nomeadamente ao nível dos impostos para as pessoas e para as empresas, motivando-as a fixarem-se no interior. Não é terem lá a sede e continuarem a trabalhar em Lisboa, porque isso não resolve o nosso problema de erosão demográfica, essa é uma das matérias que o poder central vai ter de pensar muito seriamente sob pena dessa erosão demográfica continuarem e os problemas a incidirem sobre população e as zonas urbanas aumentarem com as consequências que isso tem com o surgimento de novos problemas, nomeadamente criminalidade e exclusão social. Trata-se de um debate que temos que fazer, procurando ser assertivos naquilo que são as nossas competências e no sentido de atenuar e resolver situações. -----

-----Sobre as questões que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça abordou, relativamente à reorganização administrativa, dizer que foi votada na última sexta-feira, há uma semana atrás, a lei de reorganização administrativa. Em termos de metodologia de trabalho, vamos convocar uma reunião em breve do Grupo de Trabalho, no sentido de analisar a lei que foi aprovada, fazer uma reflexão sobre uma eventual proposta de reorganização administrativa e, depois, naturalmente que esse assunto será levado à Câmara Municipal e também à Assembleia Municipal, a quem compete a última palavra, de forma a depois seguir os trâmites que estão previstos no diploma.

-----Quanto à Zona Industrial do Vale do Fojo, a questão do terreno, um dos terrenos que é o maior da Zona Industrial passar para a Câmara Municipal, existem desenvolvimentos positivos nos últimos tempos que em princípio permitirão que aconteça no curto prazo e depois estaremos disponíveis para analisar essa hipótese que colocou. -----

-----Sobre na questão das IPSS's, a Câmara Municipal tem apoiado as IPSS's em investimento de capital, ou seja, quando surgem novos equipamentos ou alguma remodelação dos equipamentos. Aquilo que são as despesas correntes, para acudir a situações de emergência, essa competência é sobretudo uma competência da Segurança Social, aí não podemos intervir da mesma forma, ou seja, haver um conjunto de subsídios anuais para as IPSS's à semelhança do que acontece para o associativismo, para a cultura e para o desporto não é do ponto de vista das nossas competências o caminho mais adequado. Posso no entanto adiantar que o Governo desenvolveu um programa que se



Assembleia Municipal

chama Programa de Emergência Social, que está a ser apresentado em todos os Conselhos Locais de Acção Social e, no nosso caso, no próximo dia 02 de maio vamos ter o Conselho Local de Acção Social onde vai estar presente a Segurança Social para apresentar os fundamentos deste programa de emergência social, que permitirá, de alguma forma, reforçar a capacidade dos agentes locais, nomeadamente as IPSS's na resposta a situações complicadas que estão a surgir todos os dias, e portanto nesse aspeto julgo que será o fórum adequado para debater essa questão. -----

-----Relativamente à Televisão Digital Terrestre, acho que este processo é dos processos mais vergonhosos que alguma vez assistimos em Portugal, foi feito um concurso público internacional, pelo anterior Governo, ao qual apenas a PT concorreu e nesse concurso estavam, e permitam-me que refira estes dois pontos, estava escrito que o grau de cobertura tinha que ser de 89% da população portuguesa, não do território, logo aqui estamos a excluir muitas pessoas do interior do país, por outro lado também estava escrito que a PT se comprometia em colocar em 55 locais históricos de Portugal uma rede subterrânea, de forma a não ser necessário colocar as antenas parabólicas. A primeira preocupação que tive foi falar com o Governo sobre quais eram esses 55 locais históricos, uma vez que me parecia absolutamente razoável que as Aldeias Históricas tivessem incluídas neste pacote de 55. Não me souberam responder. Entretanto questionei a ANACOM e a PT, tendo nos sido dito que fizeram uma lista com base no património da humanidade, mas naturalmente que não há 55 locais no país que sejam património da humanidade e aí, escolheram mais os centros históricos das cidades, enfim, não houve nenhum critério, a ANACOM não fixou nenhum critério para a definição dos 55 locais. Participei numa reunião em Lisboa com um dos administradores da PT que ficou de estudar o assunto e entretanto participei, enquanto Presidente das Aldeias Históricas e em conjunto com o Presidente das Aldeias do Xisto, em reuniões com a ANACOM e com a PT e aí também mais uma vez na ANACOM com a Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte em que nos foi dito que nada podia ser feito, que estavam a responder ao caderno de encargos, mas queria dizer que no concelho de Arganil, e isto são números da ANACOM, o que está previsto é que apenas haja uma cobertura de 61% por via digital, tem que haver, portanto 39%, que tem que ser com recurso a tecnologia de parabólicas para poder captar o restante sinal, este programa só não é mais grave no concelho porque já há 50% das famílias que têm televisão paga e portanto o problema fica de alguma forma menos evidente por causa desta circunstância, agora aquilo que está em cima da mesa, já foi colocado em cima da mesa pela Associação Nacional de Municípios, ocorrer um processo judicial contra a ANACOM e contra a PT por nitidamente defraudar as expectativas dos portugueses, porque a proposta que nos faz a PT é a instalação de equipamento que ronda entre os 25.000,00€ e os 30.000,00€ e depois uma manutenção desse equipamento que tinha um custo mensal de 3.500,00€, isto são custos



Assembleia Municipal

verdadeiramente fora das possibilidades de qualquer comunidade local ou qualquer Junta de Freguesia ou de qualquer Câmara Municipal e portanto o que estamos a fazer é continuar a pressionar, quer o Governo, no sentido de regular melhor esta situação, quer também ao regulador que é a ANACOM de procurar encontrar soluções, podem ter alguns custos que, nomeadamente as populações locais terão que ajudar a suportar, em termos de instalação, mas que permitam que possamos, no mínimo e é isso que é ilegível num país civilizado, que possamos ter as mesmas condições que tínhamos antes desta transição para o sinal digital porque, há uma coisa que é verdadeiramente incompreensível, vamos passar para a via digital, as pessoas tiveram muitas delas que comprar aparelhos para fazer essa receção, tiveram um custo e não vamos ter mais canais na via digital do que tínhamos na via analógica, isso é mais uma das perplexidades deste processo, por isso, há total empenhamento da nossa parte, no sentido de pressionar as entidades que têm responsabilidades e que podem dar resposta nesta matéria, vamos ver se essa situação se resolve porque, quer nas Aldeias Históricas quer nas Aldeias do Xisto, mas também há outras freguesias e aldeias do concelho que têm esses problemas nomeadamente, Teixeira, Pomares, Benfeita e que precisam de soluções que sejam minimamente sustentáveis para que as populações tenham acesso a um direito que todos temos, que é aceder à televisão. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** dizendo que sobre o processo da cerâmica mantiveram ao longo destes anos algumas dúvidas, dúvidas que foram materializadas na abstenção que tiveram nas diversas votações que foram feitas na Vereação Municipal, levantaram algumas dúvidas, que em parte foram acolhidas pela Câmara Municipal e aí houve uma evolução, o Executivo Municipal apresentou um projeto que tinha treze pequenas salas de pequeno comércio e agora não tem, onde houve uma evolução foi claramente do Município, e o que interessa agora é o futuro, apesar de nenhuma das questões ter sido respondida pelo Senhor Presidente confiava na sua palavra pedindo que na ocasião que o entendesse fizesse distribuir, na esta Assembleia ou na Vereação Municipal o estudo a que se referiu para lhes poder esclarecer as dúvidas colocadas.-----

-----O **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** ainda relativamente à situação de Coja, só para terem uma ideia do problema que existe, informou que durante os meses de janeiro e fevereiro o consumo de água em Coja reduziu 50%, sendo um indicador extremamente preocupante porque quando se reduz o consumo de água, algo se passa, primeiro em pessoas que saem de Coja e segundo pela redução do consumo, isto depois tem as consequências, que é a Junta de Freguesia reduzir os seus meios e com a redução dos seus meios vai cortar nas despesas. Em Coja há um pavilhão gimnodesportivo e uma casa do povo que em anos anteriores tinha um donativo mensal para manutenção, neste Executivo foi cortado este donativo e



Assembleia Municipal

era a Junta de Freguesia e os grupos que têm estado a sustentar, portanto por aqui vêm a minha insistência e a necessidade que há de ter sobre esta vila um tratamento especial.-----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara** para dar conta de duas notas, dizendo que por momentos lembrou-se de uma expressão do Senhor Deputado Municipal Luís Gomes, sobre o PS "A" e o PS "B", porque por momentos ficou convencido que de facto existem mesmo essas duas estruturas, porque o Partido Socialista votou contra a abertura do concurso público internacional para a Cerâmica, não se absteve, e portanto há claramente uma mudança de posição relativamente a esta matéria com a qual nos congratulamos, mas dizer que relativamente ao estudo, nele encontra todas as respostas, aliás, ele foi apresentado no Fórum Arganil+ Cerâmica e faz parte integrante da candidatura que a Câmara Municipal fez, quer ao Programa Operacional da Valorização do Território quer ao Mais Centro, porque hoje em dia a concessão de fundos comunitários para a execução de investimentos, nomeadamente aqueles que ultrapassam 1.000.000,00€, exigem um estudo de sustentabilidade, esse estudo está feito e teremos todo o gosto em distribuí-lo de forma a poder responder a algumas dúvidas que ainda possam subsistir e portanto fá-lo-emos com todo o gosto. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente de Assembleia Municipal** para dizer que não havendo mais Deputados inscritos e antes de passar à ordem do dia, gostaria, na qualidade de Presidente de Assembleia Municipal e em nome pessoal manifestar, em primeiro lugar, alguma tristeza por não ter estado presente na sessão de Apresentação da Comarca de Arganil Digital, mas sobretudo manifestar a sua satisfação e dar os parabéns aos autores de tal trabalho e de tal ideia, porque na realidade há valores históricos, valores patrimoniais, valor do nosso património que não tem realmente valor material em si mas a importância pelo seu valor histórico, existindo laços afetivos que o ligam à Comarca de Arganil, porque desde miúdo se lembra de ela entrar em sua casa, é com grande satisfação que vê a conservação de um património rico, porque a Comarca de Arganil é um jornal com dimensão nacional porque dos jornais regionais, pelo que sabe, foi sempre dos mais lidos e de maior tiragem, é um orgulho de todos os Arganilenses e por isso queria manifestar também o seu orgulho e dar os parabéns sinceros aos autores de tal trabalho que honram a região e o concelho. -----

## ORDEM DO DIA

**1 – Discussão e votação dos documentos de prestação de Contas relativos ao período de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2011, nos termos da al. c), do nº2, do artº53º da Lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11/01. -----**



Assembleia Municipal

----- Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que gostaria de fazer uma apresentação muito breve sobre os aspetos que considerava fundamentais do relatório de gestão que de alguma forma concretiza e resume aquilo que são as principais conclusões do exercício do ano 2011. Na vertente da prestação de contas, começando pela questão dos recursos humanos dizer que no final de 2011 o Município tinha 209 trabalhadores, mais dois que em 2010, mas significativamente menos do que tinha em 2005, altura em que dispunha de 263 trabalhadores. A taxa de absentismo cifrou-se nos 8,02% sendo sobretudo, cerca de 59,15% faltas por doença, havendo também ainda alguma predominância das faltas e licenças por maternidade, para consultas médicas e ao abrigo do estatuto trabalhador-estudante. Em termos da situação económico-financeira, dizer que a receita em 2011 se cifrou numa execução de 72,5€, portanto 94,7% na receita de corrente, 53,53% na receita de capital, em termos de despesa essa receita teve uma execução ainda superior 73,94% dos quais em termos de despesa corrente 87,57%, em termos de despesa de capital 62,44%, foi possível cumprir o princípio orçamental do equilíbrio, isto é, a receita corrente foi suficiente para pagar toda a despesa corrente e ainda converter alguma receita corrente em despesa de capital, cerca de 585.000,00€, facto que, nomeadamente em 2010 não tinha acontecido, em termos da evolução da receita de 2010/2011, também dizer que há uma redução da receita corrente de 0,82% e um decréscimo de 26,03% na receita de capital, de notar que esta quebra de receita de capital está fortemente influenciada pelo empréstimo para saneamento financeiro que se fez em 2010, no valor de 4.100.000,00€ uma vez que se olharmos depois, para a desagregação da receita, percebemos que nas outras transferências há um aumento de 579,61%, nomeadamente por o Município ter arrecadado mais fundos comunitários em 2011. Em termos de execução orçamental numa perspetiva evolutiva, podemos ver no gráfico que mostra que a execução global da receita se cifra nos 72,5% em 2011, e que, excluindo o ano de 2006, que está fortemente influenciado pelo empréstimo para saneamento financeiro que foi feito de 6.000.000,00€ é o melhor ano dos últimos dez anos, portanto em termos de execução da receita, na execução da despesa acontece exatamente a mesma situação, temos uma execução de 73,94%, só suplantada pelo ano de 2006 pelos motivos já enunciados. Relativamente às Grandes Opções do Plano uma execução de 62,91% que também é a melhor execução dos últimos dez anos, excluindo naturalmente o ano de 2006 pelos motivos enunciados, o que prova que se conseguiu, em 2011, executar uma significativa parte daquilo que estava previsto. -----

-----Dizer também, no que diz respeito à receita, que os impostos registaram um crescimento, o IMI, o IMT e o Imposto Único de Circulação, respetivamente com taxas de execução de 104,6%, 113,18% e 147,17%. A despesa corrente cai sobretudo porque cai a despesa com pessoal, nomeadamente com a redução dos custos com horas extraordinárias, há um ligeiro aumento na



Assembleia Municipal

aquisição de bens mas, há uma redução também da aquisição de serviços de 22,73%. A taxa de execução das GOP's, apenas referir que os principais projetos que foram desenvolvidos têm a ver com a Escola EB1 de Arganil, a Requalificação do Parque do Prado em Coja, aquisição e digitalização do espólio da Comarca de Arganil, a Requalificação da Cerâmica, a Requalificação da Estrada Folques – Quinta do Mosteiro, a Rede Viária Municipal e também as transferências para as Freguesias. -----

-----Sob as Freguesias, dizer também que em 2011, foram realizadas e isto incluindo delegação de competências, contratos programa e despesas com o pessoal, que está afeto às freguesias, o valor global é de 865.752,12€. -----

-----Relativamente ao endividamento, dizer que houve uma redução do endividamento líquido em 2011, essa redução cifra-se nos 8,32%, ou seja, o endividamento líquido no final de 2011 era de 6.301.766,82€. Vale a pena recordar que em 2005 era de 7.473.881,11€ bem acima do valor de hoje. Em termos de proposta de aplicação dos resultados é aquilo que resulta da lei, mas que naturalmente também tem que ser votado, o que se propõe é que o resultado líquido do exercício é de 718.530,68€, 5% para reservas legais e o restante para o reforço do património. -----

-----Finalmente temos a contabilidade de custos implementada, que permite ter uma noção muito clara daquilo que é a distribuição da despesa pelas diferentes rúbricas, as funções sociais assumem um peso significativo 46,75% entre as quais educação com 17%, habitação e serviços coletivos com 19,56% e os serviços culturais, recreativos e religiosos com 8,40% e depois as funções económicas com 35,64% do qual se destaca transportes e comunicações com 20,53% e outras funções com 13,77%, sendo 11,40% as transferências entre administrações, estes são os principais números que gostaria de apresentar sobre o relatório de gestão de 2011 correspondente ao exercício do ano. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** que após cumprimentar todos os presentes disse que gostaria de referir que relativamente às rúbricas, lhe pareciam documentadas, estão validadas e do ponto de vista técnico parecem-lhe bem, mas que a situação em termos nacionais e no concelho evoluiu muito, tendo que se mudar de paradigma, retomando as preocupações expressas, nomeadamente do Presidente da Junta de Freguesia de Coja, Coja é um exemplo, mas um exemplo que se pode transpor para todo o concelho e que relativamente às contas ter-se-á que repensar esta distribuição e acudir à ação social. Salientou que repetidamente tem vindo a este tema, parecendo-lhe importante e que ele tem que ser mesmo alterado no sentido de dar apoio efetivo forte no social, mencionou também que os documentos apresentados eram longos mas que tinha procurado ter uma visão do conjunto onde constatou que no fundo social municipal a educação leva a grande verba, concordando que seja assim mas na situação em que se encontram a aposta deveria ser mais no



Assembleia Municipal

sentido social. Relativamente às contas, informou que a sua bancada iria abster-se com a ideia que pretendeu que ficasse bem vincada, da necessidade de alteração deste paradigma. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que não era para discordar sobre a necessidade de intervenção social, mas para no fundo clarificar que os Municípios atuam no quadro das suas competências, e há competências que referiu que são claramente da administração central e da segurança social em particular, mas a questão da educação importa dissecar um bocadinho, a despesa que a Câmara tem com a educação tem de facto uma componente social muito forte, falamos em primeiro lugar do transporte escolar, como sabem o Município tomou a decisão dos transportes escolares serem absolutamente gratuitos desde o pré-escolar até ao 12ºano. Portanto ninguém no concelho paga transporte escolar e a nossa obrigatoriedade não era esta, a nossa obrigatoriedade era até ao 9ºano e entendemos fazê-lo, porque é uma medida também de apoio às famílias, por outro lado temos também o programa de generalização das refeições no primeiro ciclo e a componente de apoio à família no pré-escolar e dizer ainda que o nível de apoio do Município em matéria de ação social escolar, escalão A e escalão B, tem vindo a aumentar de forma exponencial nos últimos anos, é bom que tenhamos a noção destes números e aí traduz-se em apoio social da Câmara, nomeadamente redução dos preços das refeições, livros escolares, são apoios que a Câmara dá todos os anos às famílias mais carenciadas e temos também intervenções a outro nível nomeadamente numa colaboração permanente com o Agrupamento, através de alguns apoios que damos para o desenvolvimento das suas atividades e também ao próprio funcionamento e portanto Senhor Deputado Eugénio Fróis, em matéria de educação, muito da verba que está descrita diz respeito a intervenção social no domínio da ação social escolar, agora naturalmente que estamos atentos aos problemas de natureza social que estão a emergir e nomeadamente em rede com as IPSS's, estamos a desenvolver alguns projetos como é o caso da instalação em breve de uma loja social em Arganil, de forma a podermos combater, de forma ainda mais assertiva e mais coordenada aquilo que são os problemas que temos no dia-a-dia. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para dizer que compreendeu bem a ideia que foi expressa pelo Senhor Presidente, mas que iria dar um exemplo de uma forma diferente de perspetivar estes problemas, há poucos dias em conversa com um autarca de um Município da nossa Beira Serra, esse Presidente dizia-me, vivemos uma emergência social e temos que encontrar soluções para isso, a última obrigação de um autarca é no fundo procurar resolver os problemas dos seus munícipes, até aqui estamos de acordo, e ele deu este exemplo, tencionava comprar os manuais escolares para os alunos do concelho, mas que iria mais longe e que iria comprar esses manuais escolares na sua cidade no sentido de ao mesmo tempo comprar os manuais escolares, ajudando



Assembleia Municipal

também o comércio local, esta é uma perspetiva que dá a ideia da diferença e da compreensão do problema. Referiu por fim que não queria dizer que não concordava com o apoio à educação, agora o que ter-se-á de fazer é tratar com receitas próprias os novos problemas. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja**, apenas para dizer que relativamente às contas que terá de se mudar o paradigma, e que relativamente à política, não às contas, mas à política, deverá adaptar-se à situação que vivemos, que a Câmara deve seguir.-----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o assunto a votação, sendo este aprovado por maioria com cinco abstenções.-----

## **2 – Discussão e votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2011.** -----

-----Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto à votação. Foi este ponto aprovado por unanimidade. -----

## **3 – Apreciação do relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, nos termos da alínea c) do nº4 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro).** -----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente** para dizer, este relatório financeiro faz parte integrante do anexo às demonstrações financeiras e por isso não será necessário efetuar mais nenhum tipo de apresentação, uma vez que faz parte integrante das contas.-----

## **4 – Discussão e decisão relativamente à participação do Município de Arganil na Adeptoliva – Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Conselhos de Tábua, Oliveira do Hospital e Arganil.** -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** para dizer que a proposta da Câmara Municipal que foi votada por maioria na Câmara Municipal, que é uma decisão difícil, resulta de um contexto que gostaria de voltar a explicar e enunciar as razões pelas quais fazem uma proposta desta natureza. Como é sabido a EPTOLIVA é uma escola profissional que é detida pela Adeptoliva e que tem nos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil os seus principais associados, para além disso existem algumas empresas e algumas organizações que também fazem parte, mas de facto na gestão direta da EPTOLIVA são os três Municípios que asseguram e temos vindo a verificar que ao longo dos anos apesar de todos os esforços que fizemos, porque todos os anos fizemos propostas de



#### Assembleia Municipal

novos cursos, nos últimos três anos, no ensino profissional, não há alunos em Arganil. O último ano em que houve alunos foi um curso que se iniciou em 2006 e terminou em 2009. Vale a pena acrescentar que nos últimos anos temos assistido a uma intervenção cada vez maior das escolas secundárias no domínio profissional. Esta intervenção já aconteceu há muitos anos atrás em que as escolas secundárias tinham esse papel bem vincado, entretanto foram perdendo importância e para terem uma ideia de números, são números nacionais, em 2005/2006 as escolas secundárias no domínio profissional tinham em termos de oferta global apenas 10,8%, em 2009/2010 essa intervenção das escolas secundárias no domínio profissional já era de 67,9%, denotando que houve um aumento exponencial em termos de intervenção do ensino secundário no ensino profissional. Por outro lado, o Município paga uma quota mensal de 1.000,00€ para a EPTOLIVA, 12.000,00€ por ano que não têm hoje qualquer retorno financeiro, nem qualquer retorno em termos de formação porque de facto se nós investíssemos 12.000,00€ e houvesse um retorno de formação, com certeza que não estaríamos a fazer esta proposta, mas há três anos que estão sem alunos e continua a contribuir-se com 12.000,00€ para esta escola, na prática a subsidiar o seu funcionamento que só tem expressão em Oliveira do Hospital e Tábua e nesta última, também este ano não foi possível criar novos cursos por não haver alunos e portanto esta é a segunda razão pela qual se faz esta proposta. Terceira razão, tem acontecido uma dinâmica demográfica, há cada vez menos alunos para uma maior oferta e isso naturalmente que traduz-se na ausência de alunos interessados em termos de ensino profissional. Por outro lado, não se pode pensar só na EPTOLIVA na perspetiva do passado e no presente, terá de se pensar no futuro, a EPTOLIVA assumiu responsabilidades em termos de custos fixos ao longo dos anos que dificilmente serão compagináveis com a dinâmica demográfica que temos e com as perspetivas financeiras que existem em termos de apoios comunitários, isto é, a sustentabilidade da EPTOLIVA no futuro não está assegurada, as receitas provenientes dos fundos comunitários que têm como base o número de turmas e também o número de alunos, poderão não ser suficientes para suportar os custos fixos que esta entidade assumiu ao longo dos anos e, portanto, em termos futuros preocupa-nos também a questão da própria sustentabilidade da escola. Finalmente, dizer que apesar destes três pontos que acabei de enunciar há um quarto que é absolutamente decisivo. Na verdade a Escola Secundária e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, nomeadamente o Centro de Formação que o Governo do Partido Socialista quis encerrar, é bom que se diga isto, têm uma resposta a todos os títulos abrangente e que responde àquilo que são as necessidades das empresas e àquilo que são as expectativas dos jovens que pretendem enveredar por uma carreira profissional, até porque a EPTOLIVA nunca teve, em Arganil, condições para poder desenvolver cursos de maior natureza prática apenas cursos de papel e lápis, porque as nossas instalações não eram adequadas



Assembleia Municipal

para desenvolver cursos do tipo que eram necessários. Para aqueles cursos seria necessário também um investimento muito significativo no sentido de poder dotar a escola de uma oferta formativa mais virada para o mercado de trabalho e para as necessidades das empresas, mas verifica-se, hoje, que a Escola Secundária e o Instituto de Emprego e Formação Profissional têm uma panóplia e uma oferta formativa que responde às necessidades das empresas e responde às expectativas dos jovens que pretendem enveredar por uma carreira profissional e portanto é baseado e alicerçado nestes quatro pontos que a proposta da Câmara Municipal vai no sentido de a Câmara sair de associado da Adeptoliva e concentrar também os seus recursos naquilo que mais importa que é o fortalecimento da formação nomeadamente com o apoio acrescido neste domínio. Dizer por fim que o Instituto de Emprego e Formação Profissional nos tem feito sentir que gostaria muito de poder facultar mais formação na sede do concelho e portanto também com esta decisão poderemos criar condições para que mais formação aconteça em Arganil com a disponibilização de espaços que estavam associados à EPTOLIVA. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo que este era um assunto que abordava com alguma dificuldade mágoa, disse que leu atentamente as participações dos Senhores Vereadores e do Senhor Presidente em reunião de Câmara e relativamente a isso, ao longo dos últimos anos falou-se sobre a situação do Pólo da Adeptoliva em Arganil e há situações que são factuais, uma delas a questão como o coordenador foi tratado, o coordenador ou a falta dele, todos têm presente que foi de iniciativa deste Executivo apresentado à DREC, um coordenador para este Pólo, esse coordenador não foi validado e a partir daí este Pólo ficou sem coordenador, isto é, amputado de uma valência muito forte. Referiu também que verificou nas argumentações, que o Pólo de Arganil tem instalações para cursos, sito, "de papel e lápis", é evidente que são instalações para papel e lápis, agora é possível, se houvesse uma determinação noutra sentido arranjar instalações para dar cursos tecnológicos que não fossem de papel e lápis, o que há hoje mais são instalações desativadas com possibilidade de abrigar essa situação. Disse também que no seu entender, este Executivo Municipal, não teve nesta matéria uma atitude pró-ativa no sentido de procurar inverter a situação e de continuar dentro da Adeptoliva permitindo nomeadamente aos jovens deste território uma oferta maior, há fatores que são inquestionáveis, é inegável que a população escolar diminui e contra isso é difícil, agora terá de se procurar por todas as formas numa área tão sensível como é esta não diminuir, não limitar, não condicionar o acesso à formação que é, como todos sabem, a mola e o impulso decisivo para se arranjar emprego, em síntese, é uma decisão sensível, é uma decisão que parece que futuramente todos se poderão arrepender, um assunto que pela sua importância não foi suficientemente debatido e no seu entendimento não deveria ser decidido já, deveriam agendar a



#### Assembleia Municipal

decisão para mais tarde no sentido de poder ser efetivamente, com mais tempo e com melhor preparação, verificar se não haviam formas de compensar a situação, até porque houve sempre uma ligação real entre o Pólo da Adeptoliva de Arganil e o tecido empresarial, houve essa forte ligação, essa empatia que permitiu ir criando situações de emprego e situações que resolveram alguns dos problemas dos nossos jovens em Arganil.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Mário Vale** que após cumprimentar todos os presentes referiu que para também lhe era um tema difícil abordar e recordou que em 1978, nesta sala, o Senhor Deputado Luís Gomes, era nessa altura Vereador da Câmara Municipal de Arganil e ele Deputado da Assembleia Municipal e discutia-se a criação da Escola de Coja, passados trinta e quatro anos está a discutir-se a decisão do provável encerramento de um Pólo de uma escola. Nessa altura, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Carlos Ribeiro, enganou-se, e responsabilizou a Assembleia Municipal pelo esfacelamento do ensino do concelho referindo que o ensino se esfacelará no prazo de quinze anos, já lá vão trinta e quatro anos e muito embora com menos alunos. Referiu também que um dos erros fundamentais pós o 25 de Abril foi o encerramento das escolas profissionais, foi um erro enorme de todos os Governos, por imposição do Dec. Lei nº4/98 que tinha como princípio dos objetivos renovar a aposta no ensino profissional, consolidar as escolas profissionais como instituição educativa no âmbito do ensino não superior e uma vez que existiam fragilidades e ambiguidades relativamente à criação, modelo de funcionamento e natureza jurídica dos promotores, foi modificado o regime de funcionamento das escolas e cursos profissionais tendo então sido criada a Adeptoliva, Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional dos Concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil, assumindo um papel de entidade proprietária da escola EPTOLIVA que já tinha sido criada no ano letivo 1997/1998, à qual iniciou funções em janeiro de 2000, aderiram a esta Associação algumas empresas mais representativas de Arganil por considerarem um projeto válido na formação e qualificação de futuros colaboradores que efetivamente mais tarde viriam a fazer parte dos quadros dessas empresas, o estabelecimento desses laços foram profundos e duradouros com o tecido empresarial e empregador de toda a região, assim, de 1997 a 2006, último ano em que o Pólo de Arganil recebeu um curso, matricularam-se 175 alunos, dos quais 127 concluíram os seus respetivos cursos, resultando um sucesso de 73% e cujas percentagens dos diplomados atingiu 75% de empregabilidade e 2% de prosseguimento de estudos superiores, nesta época os alunos eram submetidos a provas de seleção e pagavam propinas contrariamente ao que é praticado hoje no ensino profissional totalmente subsidiado, a aceitação e prestígio que o Pólo granjeou refletiram a abrangência geográfica da proveniência dos alunos que o frequentaram nomeadamente Oliveira do Hospital, Tábua, Góis, Lousã, Penacova, Poiares, Covilhã e Lisboa, bem como as instituições



## Assembleia Municipal

comerciais, municipais, empresariais que mais tarde os acolheram como técnicos profissionais, este Pólo apresenta o passado curricular de sucesso, de desenvolvimento, qualificação e melhoria continua do ensino profissional merecia um pouco mais de esforço para se manter em atividade, como? Adaptação e melhoria das suas instalações como estava preconizado, aproveitar os financiamentos do QREN bem como as políticas de desenvolvimento do tecnológico e profissional, prover o Pólo de uma direção pedagógica e administrativa que oferecesse garantias aos alunos e encarregados de educação pois uma escola sem rosto não é credível, diversificar a oferta formativa com planos curriculares apelativos aos alunos e de acordo com as necessidades empregadoras da área envolventes do Pólo, pois não é publicitando sucessivamente em três anos o mesmo curso sem candidatos que se garantem esforços para a sua continuidade. Entre 1997 e 2009, houve 9 cursos no Pólo de Arganil, como disse, com 175 alunos e com 127 diplomados, as origens eram 114 de Arganil, 18 de Oliveira do Hospital, 12 de Tábua, 10 de Góis, 2 da Lousã, 5 de Penacova, 2 da Covilhã, 6 de Póiares e 6 de Lisboa, 20 prosseguiram os estudos superiores, 10 estão a trabalhar na Alemanha, França, Suécia, Espanha e Angola, 35 nas empresas da região de Arganil, Solalva, AMMA, Sul Pastéis, etc, 30 nas empresas de outras regiões, Cáritas, Municípios, Aquinos e 5 na Polícia de Segurança Pública e no Exército, ora Senhor Presidente eu julgo que depois destes resultados é de facto de pensar bem, que esta decisão volte a ser amadurecida, reunir com a Escola Secundária e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional até porque a nossa taxa de abandono escolar é o dobro da média da União Europeia, temos responsabilidades, temos que fazer todos os possíveis para que isto não seja possível, por isto Senhor Presidente, pedia ao Executivo que a decisão fosse melhor pensada, que reunissem com estas entidades e depois trouxessem novamente a esta Assembleia para, em consciência, podermos abalizar esta decisão que é uma decisão muito difícil porque o fecho de uma escola é sempre uma decisão terrível.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça**, começando por felicitar o Executivo Municipal por ter trazido este ponto da ordem do dia à Assembleia Municipal e porque, achava mais importante do que estar a falar sobre este assunto, é ver na prática o que é que de benefício atualmente a Adeptoliva tem estado a dar ao concelho de Arganil na área da formação, quando temos o Instituto de Emprego e Formação Profissional, quando temos a Escola Secundária de Arganil que dão formação profissional, quando a Câmara Municipal tem de comparticipar, num volume considerável de dinheiro por ano, a formação dos alunos dos outros concelhos, utilizando os meios financeiros do concelho de Arganil, está errado, deve-se realmente terminar com esta escola, tendo em conta que dentro do concelho alternativas há alternativas que até queremos salvar, como nomeadamente, a formação através do Centro de



Assembleia Municipal

Emprego, porque há um tempo atrás quando aqui viemos todos lamentar-mo-nos sobre a possibilidade do Centro de Emprego fechar era porquê? Por falta de alunos, por falta de viabilidade, que é isso que daria viabilidade ou não à manutenção do Centro de Emprego, ora porque é que havemos de estar a duplicar ou triplicar serviços quando inclusivamente os alunos do concelho de Arganil até já deixaram de usar esta escola, estão a usar outra via através do Centro de Emprego e da Escola Secundária de Arganil, por isso não me parece problema nenhum, seria um problema se não tivéssemos alternativa dentro do concelho de Arganil e com a qualidade que temos e sobretudo também que garantimos a manutenção desse espaço com alunos, que isso é que lhes dá viabilidade, garantimos também os postos de trabalho que lá estão a lecionar e cada vez mais devemos reparar na Escola Secundária de Arganil onde existem ofertas formativas de grande qualidade e as tais ofertas práticas, que foram ditas, não são aquelas formações de pessoas em áreas que não são aplicáveis no nosso mercado de trabalho e não têm grande saída. Temos que deixar de ser tão demagógicos e ser sim mais práticos. Acho que será uma boa medida da Câmara Municipal de Arganil deixar de participar na Adeptoliva.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Almeida** que após cumprimentar os presentes referiu que quanto a este ponto que realmente é da maior importância e que naturalmente suscita as mais variadas opiniões na Assembleia Municipal e nomeadamente entre as três bancadas, mas dizer o seguinte, corria o ano de 2005, era na altura Ministra da Educação a Maria de Lurdes Rodrigues, e na altura os estudos apontavam no sentido de que o ensino profissional seria a grande mais-valia e a grande incidência dos alunos na próxima década, então o Executivo na altura, do Ministério da Educação, constituiu grupos de trabalhos pelas diversas áreas e chamou as escolas profissionais, e ofereceu na altura um rebuçado às escolas profissionais, no sentido de que, e com razão na altura, os cursos estavam desadequados, não correspondiam minimamente às expectativas, estavam completamente obsoletos e então criaram-se as comissões executivas. Uns meses depois passaram a perna ao ensino profissional no sentido em que, mesmo que uma escola profissional tivesse um determinado curso já há vários anos e uma escola secundária o comesasse a lecionar, o Ministério decidia em favor das escolas secundárias e isto porquê? Porque esses tais estudos apontavam de que não havia alunos, havia decréscimo demográfico e que em dez a quinze anos o ensino secundário poderia ser seriamente afetado se não mesmo levar ao encerramento de muitas escolas secundárias no país, e o Senhor Presidente há pouco explicou bem esses números, aquilo que sensivelmente de 10% em 2005 para 60% em 2010 de cursos profissionais no ensino secundário vem na minha opinião muito graças a essa intervenção e consequentemente investimento e grande investimento que houve nas escolas secundárias por esse país fora, para quem compara ou incita que o Município devia fazer



Assembleia Municipal

um investimento necessário de maneira a dotar as instalações da EPTOLIVA aconselho-vos a atravessar a Avenida e irem ver aquilo que são as condições da escola secundária em competir com a EPTOLIVA. Também ouvi citar à pouco números de colocação de alunos correspondentes ao ensino profissional nomeadamente aqui na EPTOLIVA e eu tenho sérias dúvidas se esses números de empregabilidade correspondem de facto aos cursos tirados na EPTOLIVA, porque conhecendo a EPTOLIVA e o último curso lá ministrado foi 2009/2010, eram cursos de papel e lápis e estudos mais recentes são claros, os cursos de papel e lápis ou de secretariado, ou de serviços jurídicos, ou de outras áreas, mais não visam de que ou desemprego ou então empregabilidade em áreas em que nada têm a ver com aquilo que eram as expectativas criadas. Continuou para dizer que, desde o ano letivo 2009/2010 quando a EPTOLIVA terminou o último curso que foi ministrado naquelas instalações, desde então existiram em Arganil zero alunos, que fazendo rapidamente as contas, em três anos letivos subsequentes foram investidos 36.000,00€, que é muito dinheiro sem retorno aparente, ou seja, o Município subsidiou alunos de outros concelhos. Por outro lado dizer que a oferta formativa ou as escolhas pedagógicas é do completo desconhecimento, porque a Câmara Municipal, com algumas delas, que no passado foram tomadas e na minha opinião de forma menos correta e que levou a que Arganil, por falta de crescimento demográfico, à falta de crescimento demográfico, à falta de uma oferta formativa capaz e atrativa, quando ela existe na escola secundária, essa sim, que tem todas as condições para ser atualmente o grande pólo de oferta profissional, associado, claro está ao Centro de Emprego, uma mais-valia óbvia para o concelho. Também não nos podemos esquecer que os alunos no 9º ano estão no ensino público e que foram-lhes criadas, pelas escolas secundárias, todas as condições para que lá continuem e a somar obviamente à oferta paralela do Centro de Emprego, isto no fundo é a política no seu melhor, são pontos de vista, mas eu gostava de focar essencialmente este, são 12 mil euros ano de investimento para zero alunos e foi isso que eu não ouvi ainda aqui hoje. Terminou dizendo que não me parece preocupante e custa-me ouvir dizer que parece que Arganil desiste do ensino profissional, desiste de formar os seus jovens, quando todo o apoio que tem sido dado à manutenção do Centro de Emprego e Formação em Arganil, no concelho, julgo que até nesse ponto de vista, de todo injusto. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado António Serra Correia** que após cumprimentar os presentes referiu, que este assunto da EPTOLIVA, conheci as suas origens, o seu funcionamento e a forma conforme foi conduzida durante estes anos todos, realmente leva a fazer-nos uma profunda reflexão, certamente isto aconteceu porque o ensino secundário em determinada altura e, por culpa dos diversos Governos entenderam que o ensino profissional devia deixar de ser dado nas escolas e aí esbanjou-se milhares e milhares de euros em instalações com bom equipamento para o efeito que se



Assembleia Municipal

formos a ver bem, algumas ainda fechadas, então nasceu a EPTOLIVA como nasceu a Escola Profissional de Aveiro, que está a funcionar em determinadas circunstâncias, mais abrangente, tendo havido maior cuidado. O que é que aconteceu com a EPTOLIVA? Com a EPTOLIVA aconteceu que há anos atrás, não com o atual Diretor, que se tem empenhado, mas há anos atrás com outros membros da direção, julgo que houve uma falta de ligação entre as autarquias, entre os sócios da própria sociedade e aí foram-se desmoronando, a EPTOLIVA foi perdendo a possibilidade de apresentar cursos. Obviamente que enfiaram a EPTOLIVA ali numa sala e uma escola profissional não funciona só com uma sala de aulas, tem de ter a sala de aula e tem de ter as oficinas ou laboratórios ou a zona de trabalhos práticos em determinado espaço, isso não foi feito porque certamente também se calhar os anteriores responsáveis da EPTOLIVA não criaram uma parceria com a própria escola secundária, as coisas foram avançando e neste momento estamos perante um facto concreto, que é o mais grave, as escolas secundárias foram repescar novamente os cursos técnicos para ter alunos, ainda com a agravante de agora ter poucos alunos e formam turmas com trinta alunos, conclusão, a escola secundária que é do estado, investiu nessas áreas e portanto vai ter que ministrar à população a formação, a EPTOLIVA é uma empresa e sendo uma empresa certamente em anos anteriores não soube gerir e lançar-se no mercado e agora está a ter dificuldades, esta posição de não haver alunos obviamente que não tem remédio, a autarquia de Arganil é uma sócia dessa empresa, se sair um sócio a empresa não acaba, agora, também não vejo que seja muito viável, e eu conheço muito bem o concelho de Oliveira do Hospital, que a EPTOLIVA tenha futuro, isto não pode ser visto como o não gostar da EPTOLIVA ou estarmos contra a EPTOLIVA. Ainda agora tive esta informação da colega, em Coja temos uma escola a funcionar, não há lá um Coordenador nem um Diretor da Escola e interrogo-me sendo Coordenador de uma escola de autoridade, como é que pode funcionar se não há lá ninguém, as pessoas entram e saem e não há ninguém, se surgir um problema, que possa tomar uma decisão. Portanto vemos que, quem sabe daqui a uns anos, a escola de Coja também corra graves riscos de deixar de funcionar pela falta de alunos. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja**, dizendo que mais uma vez estava de acordo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça e o mesmo com o Senhor Deputado António Serra Correia, na medida em que ambos fizeram uma exposição muito interessante sobre a evolução da EPTOLIVA e das Escolas Secundárias, o Senhor Deputado Mário Vale disse que era uma decisão difícil acabar com uma escola e é, mas são decisões que infelizmente têm vindo ao longo do tempo a repetir-se em quase todo o Portugal e esperava que daqui a três ou quatro anos não venha a ser uma decisão para a própria escola de Coja. No seu entender, os problemas do ensino profissional advêm do pós 25 de abril, no



Assembleia Municipal

dia em que acabaram com as escolas comerciais e as escolas industriais levantou-se este problema, quero dizer que quando eu pertencia ao Executivo da Câmara houve um problema idêntico em que nessa altura era a própria EPTOLIVA que queria fechar o Pólo de Arganil. No Executivo ponderou-se a situação e na verdade entendeu-se que deveríamos fazer qualquer coisa para evitar que o Pólo de Arganil fechasse. A Assembleia Municipal então foi mais influente nesse aspeto, eu próprio fui a Lisboa tratar do assunto da manutenção do Pólo de Arganil e por coincidência encontrei nesse serviço, um Professor que era meu amigo e uma Professora que era de Coja o que veio a facilitar as situações. Criou-se a ideia de dizer que era preciso instalações, recorrer-se a estas instalações que ainda hoje são as existentes e fez-se para satisfazer as exigências mínimas que nos eram impostas e então começou a trabalhar. Mas a dificuldade foi arranjar alunos no imediato, andou-se quase de porta em porta para arranjar alunos e hoje estamos na mesma situação. Portanto o mal não é de agora, o mal vem já detrás, e porquê? Por aquilo que já foi dito, temos hoje ofertas com condições melhores do que era a EPTOLIVA, que se perdeu no tempo e não aguentou a concorrência que lhe era feita pelas escolas secundárias e o Centro de Emprego. Portanto eu estou como disse o Presidente da Junta de São Martinho, acho que isto não há outra solução se não acabar por sair de facto da EPTOLIVA.-----

-----A **Senhora Deputada Carla Rodrigues** após cumprimentar os presentes referiu que realmente é uma tristeza ter que se propor fechar uma escola, mas infelizmente é o que está a acontecer a nível nacional, estão a fechar muitas escolas porque o contexto educativo neste momento não tem nada a ver com o que existia na altura da criação da EPTOLIVA, não há muitos alunos, a oferta formativa no Agrupamento de Escolas é sem dúvida muito diversificada e apesar de ser gratuita e termos condições para desenvolver alguns cursos profissionais, não existem alunos suficientes para todos os cursos que constam da nossa oferta formativa e então este ano havendo turmas que terão de ter no mínimo 28 alunos, pior ainda. Portanto, eu também, perante esta situação não vejo outra alternativa.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Pedro Pimentel** para dizer que as diversas intervenções foram bastante esclarecedoras de parte a parte e no seguimento da intervenção dos Senhores Deputados Eugénio Fróis e Mário Vale, gostava de deixar um apelo ao Senhor Presidente, acho que é uma decisão a ser tomada, irreversível, é uma decisão que carece de alguma ponderação, não nos esqueçamos que o interior é sistematicamente assolado com encerramentos de serviços, não sejamos nós a dar mais um passo nesse sentido e por isso deixava um apelo, respeitando naturalmente as intervenções que foram feitas, não pondo em causa a decisão da Vereação e a colocação do assunto à discussão na Assembleia Municipal, mas parece-me que de facto há aqui alguma pressa que às vezes não é boa conselheira, e por isso apelo para que ponderasse a decisão do



Assembleia Municipal

abandono por parte do Município de Arganil da Adeptoliva, sendo que podemos também perguntar porque é que em Oliveira do Hospital se mantêm cursos, se teremos sido nós proactivos no sentido de manter as condições em Arganil para o desenvolvimento deste Pólo.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** dizendo, que em relação ao IIEFP que me parece também verdade é que, infelizmente para todos nós, não falta ao IIEFP formandos ou utilizadores, o que me parece que falta é uma coisa diferente, são meios para dar apoio e viabilizar essa formação. Posto isto, penso que a questão da EPTOLIVA, de uma maneira geral, está efetivamente explicada, todos nós percebemos, é uma questão de sensibilidade, os argumentos foram bem apresentados e continuo a achar que não é descabido protelarmos esta decisão e tomarmos a decisão num outro contexto e depois de uma melhor maturação.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Mário Vale** dizendo que queria só dizer que na sua intervenção tudo o que disse foi estudado e não há números falseados, por conseguinte queria só dizer que estamos numa Assembleia democrática e aberta, não ofendi ninguém, disse o que pensava mas não há um número falseado e provo isso, por conseguinte Senhor Presidente da Câmara se de facto não há alunos e se gastam 12.000,00€ por ano é evidente que é mau, agora se pode fazer esforços, que a decisão seja protelada, se não se puder é evidente que a Câmara não pode estar aqui a gastar 12.000,00€ se não há alunos, isto é uma posição que eu tomo correta, não ofendi ninguém nem quis ofender, tomei uma atitude só de pessoa de Arganil, de Arganilense.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado João Travassos, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** que após cumprimentar os presentes, salientou que é sempre uma motivo de preocupação o encerramento de uma escola ou de um Pólo, mas a realidade, a evolução demográfica, a falta de alunos deixa-nos sem outra forma de pensar neste assunto até porque neste momento de crise e o que é certo, é que mesmo ao nível da Escola Secundária de certeza que a tendência se vai manter, e a manter-se daqui a vinte anos também não tem alunos. Temos que nos render à evidência e a evidência é esta, porque ninguém pode estar de acordo com o encerramento de um estabelecimento de ensino, isso é verdade, mas as medidas que são tomadas pela administração central e até às vezes local, para combater a desertificação, não acontecem e muitas das vezes só vêm acelerá-la e é isso que me preocupa, a revisão administrativa é um acelerador da desertificação do interior.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que em primeiro lugar queria enaltecer a forma como o debate correu, com elevada participação e naturalmente com fortes contributos quer da Bancada do PSD, quer da Bancada do PS, quer da Bancada Independente e naturalmente também dos Senhores Presidentes de Junta que tiveram ocasião de intervir. Começava por dizer que não existe nenhuma reserva moral relativamente à opção que foi tomada há muitos



## Assembleia Municipal

anos atrás, de o Município entrar na EPTOLIVA, porque de facto todos reconhecemos que o ensino profissional é decisivo e é muito importante para o desenvolvimento do país, houve foi diferentes formas ao longo dos anos de encarar esse ensino profissional, numa primeira fase fortemente ligado à escola pública e nomeadamente às escolas secundárias e depois, um período em que floresceram um conjunto de novas escolas, sobretudo escolas privadas, que foram ministrando o ensino profissional ao longo dos anos e foi nesse quadro que o Município de Arganil se associou aos Municípios de Oliveira do Hospital e de Tábua e criaram a escola profissional, de forma a procurar dar resposta àquilo que eram as necessidades do mercado de trabalho e àquilo que eram as expectativas dos estudantes, suprimindo uma lacuna que o progressivo afastamento do ensino secundário do ensino profissional tinha gerado e portanto julgo que essa decisão na altura foi bem tomada e não existe qualquer dúvida sobre isso. Agora, o mundo mudou e nós temos que mudar com ele e estamos mergulhados numa profunda crise económica e financeira em que é cada vez mais importante ter seletividade naquilo que são as opções estratégicas de quem tem responsabilidades públicas, neste caso concreto, aquele sucessivo afastamento que existia do ensino secundário do ensino profissional inverteu-se e este fenómeno é um fenómeno mais recente. Gostaria de reiterar esse número, em 2005/2006 as escolas secundárias tinham apenas 10,8% do bolo total do ensino profissional em Portugal, em 2009/2010 as escolas secundárias têm 67,9% do bolo total do ensino profissional em Portugal e portanto isto significa que as escolas secundárias têm hoje uma oferta em termos de ensino profissional e o Instituto de Emprego e Formação Profissional e é bom não esquecer que temos aqui uma questão muito importante é que Arganil é a Sede do Centro de Formação Profissional que inclui os concelhos de Tábua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Góis, mas a Sede é em Arganil e por consequência também tem mais formação e portanto não se trata aqui e eu percebo quando se diz que têm encerrado muitos serviços no interior, esse caminho foi iniciado pelo Governo anterior e este Governo também tem intenção de fechar alguns serviços, agora, o que nos deve preocupar mais é que quando esse encerramento ocorre sem alternativas é muito mau, mas se existem alternativas viáveis como é o caso da Escola Secundária e do Centro de Formação, nós temos o nosso problema resolvido, o que se trata aqui não é de encerrar uma escola e não existir alternativa, ela existe, a Escola Secundária e o Centro de Emprego e Formação Profissional de Arganil, para terem uma ideia o Centro de Formação tem um volume de orçamento anual de cerca de 2,7 milhões de euros, muito deste dinheiro fica em Arganil, nós também temos de ter uma postura proactiva no sentido de garantir este ativo. A Escola Secundária tem um orçamento significativo, é bom que também se perceba que estas duas entidades também contribuem para o desenvolvimento regional e para o desenvolvimento do concelho. Respondendo um bocadinho ao repto que aqui me foi colocado, a nossa decisão foi



Assembleia Municipal

muito maturada, nós nos últimos 3 anos não tivemos alunos, já despendemos 36.000,00€ que não foram aplicados no investimento da formação do concelho de Arganil e portanto chegou a altura de tomarmos uma decisão, é uma decisão difícil e naturalmente como dizia um dos intervenientes, fechar uma escola é sempre mau, agora é a decisão necessária na altura certa porque foi por muitas decisões não serem tomadas nas alturas em que deviam ter sido tomadas neste país que nós chegámos ao ponto a que chegámos e portanto apesar de ser uma decisão difícil, ela tem de ser tomada, portanto a proposta está em cima da mesa. Finalmente gostaria de dizer que as razões que nos levam a sair estão perfeitamente claras e estamos a defender os interesses do concelho, porque é difícil de explicar a cada um dos Arganilenses como é que o Município continua a despende 12.000,00€ por ano se Arganil e o concelho não têm qualquer proveito desses 12.000,00€ que são investidos e portanto Senhor Presidente, eram estas as notas finais que gostaria de deixar, sublinhando mais uma vez a elevação e o debate esclarecedor que foi possível fazer nesta Assembleia Municipal.-----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Assembleia** dizendo que antes de passar a palavra ao Senhor Deputado, queria saber se há aqui uma gralha no ponto da ordem de trabalhos, porque refere discussão e decisão, mas no documento que vem da reunião de Câmara não se pede que a Assembleia vote, julgo que nem é da competência da Assembleia Municipal votar.-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** informou que realmente é da competência da Assembleia Municipal votar, foi a Assembleia Municipal que decidiu integrar a Associação portanto é ela quem decide sair da Associação.-----

-----Teve a palavra novamente o **Senhor Presidente da Assembleia** para dizer que teria que assumir a responsabilidade, que é de quem assina uma convocatória é porque a elaborou e portanto assumo integralmente que a minha assinatura está aqui, fui eu que fiz esta convocatória, mas percebi que isto era apenas a discussão de uma decisão relativamente à participação e que essa decisão estava tomada e é o que vejo pelo documento que a Câmara Municipal anexou diz que "aprovada por maioria a demissão da Associação Adeptoliva e deliberou ainda por unanimidade submeter o presente processo para apreciação da digna Assembleia Municipal", ou seja, o que nós estivemos aqui a fazer foi apreciar a decisão tomada pelo Executivo. No entanto o Senhor Presidente e a Vereação dizem-me que é para votar.-----

-----Depois de alguma troca de impressões o Senhor Presidente da Assembleia decidiu colocar o ponto a votação, explicou no entanto que o seu sentido de voto seria a abstenção, porque aquando da colocação do ponto na ordem de trabalhos percebeu que só o iriam discutir e não votar e que no seu entendimento esta votação não era da competência da Assembleia Municipal-----



Assembleia Municipal

-----Colocado este ponto à votação foi aprovado por maioria, com três abstenções e seis votos contra.-----

**5 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Arganil, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----O **Senhor Presidente da Câmara** apenas uma nota preambular relativamente a estes, que são uma série de projetos de regulamento que vêm aqui à Assembleia Municipal, apenas dar conta, de que muitas destas alterações são motivadas pela saída de legislação recente sobre o licenciamento zero e a instituição do balcão do empreendedor, sobretudo para as empresas, o que nos obriga a reformatar e a fazer alterações ao nível dos regulamentos e portanto é de facto por essa razão que vem aqui um conjunto significativo de regulamentos. -----

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o projeto de regulamento a votação, sendo aprovado por unanimidade.-----

**6 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento Municipal sobre Propaganda Política e Eleitoral, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro.-**

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** para manifestar a sua satisfação, porque ao longo de vários anos sempre insistiu neste assunto, que era preciso regulamentar e definir de uma vez por todas a afixação de material político e eleitoral, obedecendo a determinadas regras, finalmente há um regulamento e assim vão acabar os atos abusivos de afixação de propaganda eleitoral e política. Um dos principais partidos abusadores é o partido da desagregação social, o partido da contestação que não tem expressão eleitoral no nosso concelho, o Partido Comunista, que de há anos a esta parte tem utilizado espaços de forma abusiva conspurcando a paisagem, lugares públicos sem qualquer tipo de autorização, finalmente vai ter de cumprir regras e faço votos para que no nosso concelho se dê o exemplo a outros concelhos de que existe uma regra e essa regra tem de ser cumprida democraticamente pelos partidos que também apregoam a democracia, não é o caso do PCP que apenas a apregoa mas não a pratica. Manifestou por fim o seu contentamento pela proposta do Executivo em existir um Regulamento, fazendo votos para que na próxima Assembleia Municipal este regulamento tenha já aplicação prática e que seja retirado de todos os espaços públicos a propaganda abusiva afixada pelo Partido Comunista. -----



Assembleia Municipal

-----Interveio o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para dizer que concordava com a intervenção do Senhor Deputado Luís Gomes, naturalmente que tive o cuidado de ler este documento com alguma atenção e verifiquei a dificuldade da destriça entre propaganda eleitoral e política que de facto motivou alguma discussão, manifestou o seu agrado pelo resultado final, dizendo que terá de se acabar com o espetáculo que pouco nos dignifica, estou a falar de passados alguns meses, no nosso concelho, em locais de grande visibilidade continuarem esqueletos afixados que nada dizem respeito à realidade, passado um ano ou mais e assistimos a isso. No sentido de contribuir positivamente, eu como disse procurei ler isto com cuidado e penso que, a introdução de um “não” num pequeno texto de uma intervenção que é atribuída ao Senhor Presidente, simplificava um pouco, na página 6, ao fundo, “o Senhor Presidente disse ainda que, quando se trata de campanhas eleitorais, trata-se em permanência de haver regras e locais próprios para isso, todos reconhecemos que muitas vezes que os locais onde são colocados elementos de propaganda política, não são os mais adequados e naturalmente que deste regulamento também resulta um exercício de responsabilidade por parte da Câmara de indicar quais são os locais onde essa propaganda política pode ser afixada”, isto é muito difícil de determinar quais são os locais onde a propaganda política pode ser afixada, proponho que seja da seguinte forma, “a Câmara fica com a responsabilidade de indicar os locais onde a propaganda política não pode ser afixada”, é muito mais restritivo e penso que simplifica este trabalho, é a leitura que eu faço deste pormenor.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo que tinha percebido a intervenção do Senhor Deputado Eugénio Fróis, mas a Câmara tem mesmo que definir quais são os locais onde é possível afixar a propaganda política, a questão da propaganda eleitoral é um bocadinho diferente, mas a propaganda política tem de ser mesmo assim, tem de ser regulado e é evidente que a aprovação destes regulamentos confere uma responsabilidade nomeadamente à Câmara em definir quais são os locais.-----

-----O **Senhor Deputado Eugénio Fróis** referiu que compreendia o lado positivo, porque está a haver esta definição, é uma atitude positiva definir onde, agora o que eu penso é o seguinte, no fim de definirmos um conjunto considerável de lugares naturalmente que irão sobrar uns outros tantos onde será possível, ao passo que se utilizássemos o “não”, diríamos claramente onde não era possível, mas de qualquer forma são interpretações e a minha intenção não é obstaculizar, bem pelo contrário, é a tentativa de dar um contributo facilitador e foi com esse objetivo que eu participei.-----

-----De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou o projeto de Regulamento Municipal sobre Propaganda Política e Eleitoral à votação, sendo aprovado por unanimidade.-----



Assembleia Municipal

**7 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento Municipal de Licenciamento do Exercício e Fiscalização de Atividades Diversas, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

**----- Antes da votação do ponto sete, ausentou-se o Senhor João Travassos, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil. -----**

-----Não havendo inscritos para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

**8 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Arganil, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado Luís Gomes** dizendo que da mesma forma que me referi à afixação de propaganda política não autorizada, também é abusivo certas entidades, nomeadamente entidades que promovem festas e festinhas, colocarem em espaços públicos não adequados todo o tipo de propaganda, desde cartazes, pendurais, isso não há dúvida que degrada o espaço público, degrada a paisagem e é inestético, este regulamento creio que vai limitar todo esse tipo de intervenções por parte dessas entidades, resta saber se a Câmara terá mão forte e instrumentos próprios para fazer levar por diante o cumprimento deste regulamento, se o fizer é uma boa nova para todos, na medida em que tanto se fala em turismo e queremos incentivar o turismo na nossa região, creio que o desaparecimento de todos estes aspetos negativos que notamos na paisagem se eles desaparecerem, acho que damos um bom contributo para atrair pessoas a um concelho limpo, a uma terra limpa e isso acho que é atrativo. -----

**----- Antes da votação do ponto oito, ausentaram-se os Senhores Deputados, Senhor Alfredo Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita e Senhor Amândio Dinis, Presidente da Junta de Freguesia de Pomares. -----**

-----Colocado o projeto de regulamento de Ocupação do Espaço Público e de Publicidade do Município de Arganil a votação, foi aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal

**9 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos – Alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Arganil, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----**

-----Teve a palavra a **Senhora Deputada Isabel Carvalho** para dizer que só queria dar uma achega na sequência de intervenções anteriores, que tenho feito em relação a este tema dos resíduos urbanos, queria pedir ao Senhor Presidente e ao Município de Arganil que cumpram ou pelo menos que faça um grande esforço para cumprir uma falha que ainda existe e que está aqui focada no ponto oito, do artigo sexto do regulamento, que é, garantir a gestão dos resíduos urbanos e assegurar o encaminhamento adequado, é investir ou pelo menos junto da empresa responsável que estiver contratualizada para este fim, investir na necessidade de contentores para resíduos de reciclagem, especificamente material plástico, vidro e papelão porque ainda há uma deficiência na distribuição desses contentores sobretudo em algumas povoações e eu falo especificamente no Sarzedo, é uma situação que ainda precisa de revisão e de uma franca melhoria. -----

-----Interveio a **Senhora Deputada Érica Castanheira** que após cumprimentar os presentes referiu que concordava com a intervenção da Senhora Deputada Isabel Carvalho e reforçava que inclusivamente no caso da freguesia do Sarzedo existe um ecoponto junto ao estabelecimento, Restaurante Impala, mas que estão de tal modo danificados, por isso sugiro que mantenham as estruturas para a recolha já que os existentes não cumprem minimamente o seu fim. Para além disso, estava a ver o regulamento e ele tem falhas nas frases, a partir do artigo 49, há frases que estão incompletas e eu presumo que seja devido a uma nota que vem no parecer em que a Técnica sublinhou a cor de laranja as alterações, ou seja, nós não temos acesso às alterações que era a parte que necessitávamos votar.-----

-----Interveio o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que havia notas novas e foi no momento da cópia que não ficaram porque a cor era muito mais clara e não ficaram registados. -----

----- **Antes da votação deste ponto, ausentou-se a Senhor António Tavares, Secretário da Junta de Freguesia de Vila Cova de Alva.**-----

-----Foi colocado o projeto de regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos – Alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Arganil a votação, sendo aprovado por unanimidade.-----



Assembleia Municipal

**10 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento Municipal de Feiras e Mercados, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----Não havendo inscrições para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou a votação o Projecto de Regulamento Municipal de Feiras e Mercados, sendo aprovado por unanimidade. -----

**11 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento da Biblioteca Alberto Martins de Carvalho, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, com a redação que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----**

-----Não havendo inscrições para intervir, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou o ponto a votação, sendo aprovado por unanimidade. -----

**12 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

-----Sendo treze horas e vinte minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu \_\_\_\_\_, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

# **ANEXOS**